

OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS E REVISÃO DE NORMAS CONTRIBUIRÃO PARA DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE DE GESTÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

Iniciativas para fortalecer o segmento pautam nossas ações para 2019

O fortalecimento das atividades de administração e de gestão de recursos de terceiros é uma das prioridades da ANBIMA para 2019. O momento não podia ser mais oportuno: perspectivas positivas para o cenário macroeconômico favorecem o crescimento do mercado de capitais e os juros baixos estimulam mudanças no mix das carteiras. Soma-se a isso o momento transformador pelo qual atravessa o segmento de distribuição, que está revendo os modelos de negócios por conta da disseminação das plataformas digitais. "Aprimorar o setor de alocação de recursos é importante para que os investidores possam aproveitar esse ambiente econômico, utilizando os produtos que o mercado oferece para diversificar suas carteiras e obter maiores retornos", afirma Carlos André, nosso vice-presidente e presidente do Comitê de Fundos.

As ações para isso estão divididas em duas vertentes: simplificação de processos e propostas de revisão das normas da regulação. Na linha da simplificação, estão iniciativas capazes de reduzir os chamados fardos operacionais, compostos pelos custos financeiros e não financeiros que pesam sobre as instituições para que elas consigam cumprir as obrigações impostas pela regulação e pela autorregulação. As mudanças passam pela simplificação de documentos e da forma como são enviadas informações para reguladores e autorreguladores. Com a revisão das normas, o que se busca é aumentar a abrangência de alguns produtos de investimento, retirando entraves que limitam a distribuição sem abrir mão da proteção ao investidor (confira o detalhamento nas próximas páginas).

Em paralelo, estamos desenvolvendo um estudo com o objetivo de apontar tendências e dimensionar os benefícios que a indústria de administração e de gestão de recursos traz para a economia. Esse resultado deve ser apresentado por meio de indicadores concretos – por exemplo, aumento de renda, geração de empregos e outros ganhos diretos para os investidores, a sociedade e o governo. O trabalho também analisará tendências, utilizando comparações com mercados internacionais. ➤

// Aprimorar o setor de alocação de recursos é importante para que os investidores possam aproveitar esse ambiente econômico, utilizando os produtos que o mercado oferece para diversificar suas carteiras e obter maiores retornos //



Foto: Mário Bock

CARLOS ANDRÉ

vice-presidente da ANBIMA e presidente do Comitê de Fundos



PEDRO RUDGE, diretor da ANBIMA

“[o novo veículo de investimentos] não substituiria os fundos tradicionais, mas seria uma opção adicional que traria maior clareza sobre a responsabilidade de cada um dos agentes da indústria de fundos”

Considerando todos esses fatores, o documento vai propor um conjunto de iniciativas capazes de acelerar e fortalecer o segmento, semelhante ao que fizemos em 2018 com mercado de capitais. “É um trabalho amplo, feito para obter respostas e apontar caminhos para esse mercado”, explica Carlos André. O material dará subsídio para os debates que queremos promover com governo e outros setores da sociedade brasileira.

O estudo será lançado no 10º Congresso ANBIMA de Fundos de Investimento, que acontecerá dias 24 e 25 de abril, e depois encaminhado a autoridades, instituições do mercado e demais públicos de interesse. O evento tem por objetivo, justamente, debater os desafios da gestão de recursos, reunindo players, autoridades e especialistas em torno das principais pautas do setor.

FUNDOS 555

As iniciativas para o produto miram em aspectos que podem ser modernizados e simplificados, assim como ações para ampliar a distribuição. Uma novidade que trará mais agilidade ao mercado é a ampliação do ANBIMA Data para fundos de investimento – o sistema hoje funciona como uma central de debêntures. “Já possuímos um banco de dados vasto sobre fundos. O intuito agora é ordenar e agregar informações que sejam úteis para a indústria, facilitando o trabalho dos profissionais”, explica Carlos André. O sistema trará em sua versão inicial o cadastro centralizado de fundos, assim todos players (distribuidores, prestadores de serviços etc.) que precisam desses dados poderão acessá-los em um só lugar. O intuito é simplificar o processo de registro e alteração das informações desses fundos.

Outra questão em pauta é o aprimoramento das regras da autorregulação para a carteira administrada – quando um gestor cuida da carteira de um investidor especificamente. O Código de Administração de Recursos de Terceiros, publicado em janeiro, já traz os requisitos mínimos para o contrato desse serviço. Com o aumento de investidores no veículo, entretanto, será feito um mapeamento sobre quem é esse público e quais requisitos são importantes para dar transparência e permitir o crescimento sustentável dessa indústria.

Também está em fase final a criação de um passaporte que facilitará a distribuição de fundos criados no Brasil para a Argentina

e vice-versa. A experiência com os produtos de um dos nossos vizinhos servirá para mapear tudo que é necessário para que esse projeto seja expandido a outros países da América do Sul, como o Chile.

Além disso, será feito um estudo para avaliar a criação de um novo veículo de investimentos, que teria características jurídicas próprias, bastante semelhante a uma empresa, e já existe em outros países. “Ele não substituiria os fundos tradicionais, mas seria uma opção adicional que traria maior clareza sobre a responsabilidade de cada um dos agentes da indústria de fundos”, conta Pedro Rudge, diretor da ANBIMA e diretor de ligação do Comitê de Fundos de Ações.

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

O produto encontra um terreno fértil frente à necessidade de desenvolvimento de infraestrutura no país. “A indústria imobiliária puxa empregos, puxa o PIB, e o fundo imobiliário, como veículo desse setor, tem um dos maiores potenciais de crescimento do mercado”, explica Reinaldo Lacerda, nosso diretor e presidente do Comitê de Produtos Imobiliários.

Ele reforça que o aprimoramento de pontos da regulação daria impulso a esses fundos. “A diferença do fundo imobiliário para os demais é que ele foi criado por lei [Lei 8.668], o que significa que muitas das demandas do mercado não dependem apenas da CVM, mas também do Legislativo”, afirma. Antes de elaborar sugestões para atualização da norma a serem enviadas ao Congresso, as discussões envolvem representantes do mercado, órgãos reguladores e demais entidades relacionadas à indústria para chegar a uma proposta que melhor acomode as necessidades de todos.

Uma questão que norteia esse trabalho de revisão é identificar pontos que hoje estão determinados na lei, mas que podem ficar a cargo da CVM, conferindo maior poder de determinação para a autarquia e aproximando do modelo vigente para as demais classes de fundos. A revisão passa, ainda, pela adequação da Lei à mudança de eixo que vem orientando toda a indústria, que antes se organizava em torno dos produtos de investimento e agora gira em torno das atividades dos profissionais. Entre outros pontos a serem trabalhados, está ainda a ampliação dos tipos de ativos admitidos para negociação.

FIPS

O foco é valorizar os FIPs (Fundos de Investimento em Participações) como um ativo interessante para os investidores, especialmente aqueles com objetivos de longo prazo, como os institucionais, e boa alternativa para captação de recursos no mercado de capitais. A participação do FIP na sociedade não somente possibilita o ingresso de capital para que a empresa se financie, como também permite que ela passe a contar com um sócio com atuação ativa na sua gestão. Essa participação auxilia, por exemplo, a implementar processos de governança corporativa e gestão financeira, que muitas vezes não estão bem definidos em companhias de menor porte ou em outro estágio de desenvolvimento.

“O intuito é enfatizar a importância dos FIPs para o mercado, especialmente em um cenário de longo prazo e desenvolvimento da infraestrutura do país, além da relevância na diversificação de investimentos das pessoas”, explica Carlos Massaru, presidente do Comitê de FIP. Ele conta que essa agenda positiva será

disseminada em eventos do setor, a começar pelo 10º Congresso ANBIMA de Fundos de Investimento, que terá uma mesa-redonda com representantes do mercado e de escritórios de advocacia para debater os benefícios do produto.

Também é essencial compartilhar iniciativas de educação sobre os FIPs para investidores, reguladores e instituições envolvidas com esses fundos. As ações serão intensificadas em 2019 para aumentar o nível de conhecimento sobre os FIPs, tanto sob o ponto de vista de opção de investimento como sobre o funcionamento operacional do produto para os players da indústria.

Para auxiliar nessa agenda, algumas regras da autorregulação serão revisadas em conjunto com a ABVCAP. A adoção de supervisão baseada em risco pelos administradores na contratação de serviços de terceiros para o fundo está em pauta, assim como aprimorar, de forma geral, os procedimentos de diligência e governança do produto.

“A indústria imobiliária puxa empregos, puxa o PIB, e o fundo imobiliário, como veículo desse setor, tem um dos maiores potenciais de crescimento do mercado”



REINALDO LACERDA
nosso diretor e presidente do Comitê de Produtos Imobiliários

FIDCS

Auxiliar na reforma da Instrução CVM 356, que regulamenta os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) é uma das iniciativas do nosso plano de ação. “O regulador tem discutido o tema com o mercado há cerca de um ano e meio”, conta Ricardo Mizukawa, presidente do Comitê de FIDC. Ele diz que foi enviado um texto com sugestões de alterações para a autarquia no meio do ano passado.

Uma das principais mudanças seria ampliar o leque de investidores, ofertando os FIDCs ao público de varejo – atualmente, esses fundos são direcionados apenas para investidores qualificados, aqueles com mais de R\$ 1 milhão em investimentos. “Essa mudança permitirá que o FIDC se torne em mais uma alternativa ao investidor que deseja diversificar seu portfólio em ativos de crédito num cenário de baixa taxa de juros”, explica Mizukawa.

A modernização regulatória dos ativos passíveis de securitização também está no radar. Um exemplo foi a recente regulamentação das duplicatas eletrônicas. Com a evolução dos sistemas de registro e monitoramento desses recebíveis, haverá redução dos custos e do tempo demandado para garantir a veracidade das informações, tornando as estruturas de securitização mais robustas e seguras.

Assim, a nova norma e o processo de digitalização estão ampliando o universo de recebíveis passíveis de securitização e contribuindo para reduzir o risco de fraude. Agora, estão sendo endereçadas questões referentes às empresas que atuarão nesse novo modelo de registro. “Em um país com pouca poupança interna como o nosso, essas iniciativas podem gerar um impacto significativo no dinamismo econômico, pois não só aumentam a oferta de crédito, mas também a velocidade com que ele circula”, comenta Mizukawa.

“Em um país com pouca poupança interna como o nosso, essas iniciativas podem gerar um impacto significativo no dinamismo econômico, pois não só aumentam a oferta de crédito, mas também a velocidade com que ele circula”

RICARDO MIZUKAWA, presidente do Comitê de FIDC

CIBERSEGURANÇA: 85% DO MERCADO TEM POLÍTICAS SOBRE O ASSUNTO

Pesquisa mede engajamento das instituições financeiras em 2018

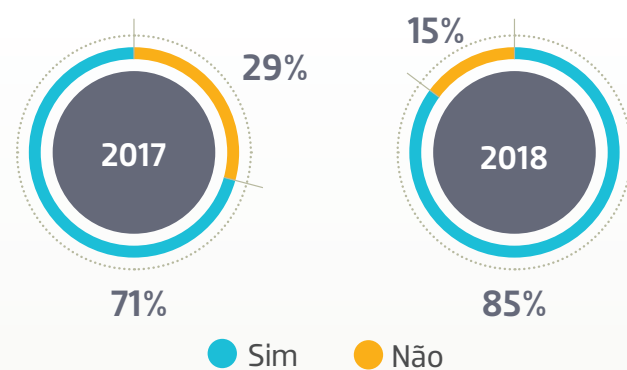
As instituições dos mercados financeiro e de capitais estão se dedicando mais a questões de cibersegurança: no ano passado, 85% delas afirmaram ter um programa formal de segurança cibernética. O valor mostra crescimento em relação a 2017, quando essa proporção era de 71%. Os resultados são da 2ª Pesquisa ANBIMA de Cibersegurança realizada com as instituições associadas – 68% delas responderam ao questionário.



“A cibersegurança é entendida cada vez mais pelo mercado como um item de importância sistêmica. Diante do aumento das ameaças cibernéticas, a pesquisa serve para avaliar o nível de maturidade local e inspirar ações relevantes sobre o tema”

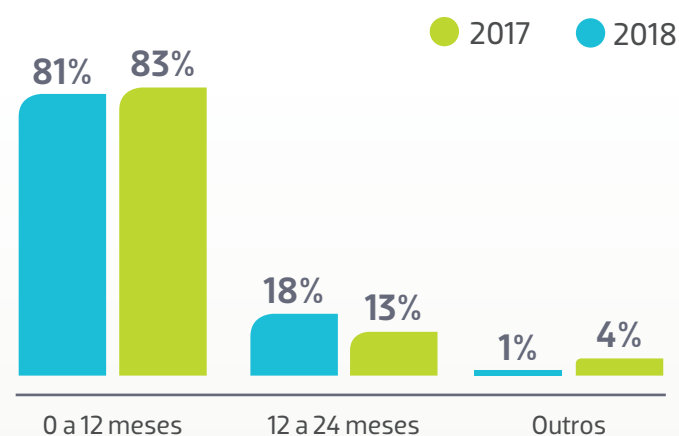
JOSÉ CARLOS DOHERTY, superintendente-geral

Sua instituição tem um programa formal de segurança cibernética?



"A cibersegurança é entendida cada vez mais pelo mercado como um item de importância sistêmica. Diante do aumento das ameaças cibernéticas, a pesquisa serve para avaliar o nível de maturidade local e inspirar ações relevantes sobre o tema", afirma José Carlos Doherty, nosso superintendente-geral. Ele destaca que o tema voltou a fazer parte do plano de ação de 2019 da Associação, com destaque para a continuidade das ações de compartilhamento de testes e de informações sobre incidentes.

Se sim, qual foi a data da última atualização?



Este tópico, inclusive, chamou a atenção na pesquisa. Apesar da importância do compartilhamento de informações, que permite dividir aprendizados e melhorar a segurança com base na experiência de outras instituições, é possível observar que essa ainda é uma questão em evolução para os participantes do mercado local: um quarto (26%) das empresas participam de plataformas para compartilhar experiências – valor relativo maior que em 2017, porém mantido o número absoluto.

REGULAÇÃO

Com o crescimento das ameaças virtuais, avança também a cautela dos reguladores, que editaram novas regras em 2018 e aprovaram outras que passarão a valer em breve.

As instituições, por sua vez, começam a seguir essas normas e adaptar seus processos ao que elas determinam. Quando questionadas se incluem as regulações em suas políticas de segurança cibernética, 52% responderam afirmativamente. Dessas, mais da metade (55%) mencionou o cumprimento à Resolução 4.658 do CMN, que trata sobre a política de segurança cibernética e a contratação de serviços em nuvem, entre outros, por instituições financeiras. Outros documentos citados em menor proporção foram o Código ANBIMA de Administração de Recursos de Terceiros, o nosso Guia de Cibersegurança e a Circular 3.909, que contém normas de segurança virtual para as empresas de pagamento. Esse é um tema novo na pesquisa, portanto não há base para comparação.

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

A contratação de serviços terceirizados de TI é feita por grande parte das instituições (84%), principalmente para infraestrutura (76%), suporte (69%) e desenvolvimento de sistemas e soluções (59%). Relatórios de acompanhamento sobre a qualidade das atividades prestadas, entretanto, são exigidos apenas por metade das empresas.

Quase a totalidade dos bancos (93%) recorre a esses serviços. No caso das corretoras e assets, a terceirização é realizada por 85% e 83%, respectivamente.

TESTES DE PENETRAÇÃO

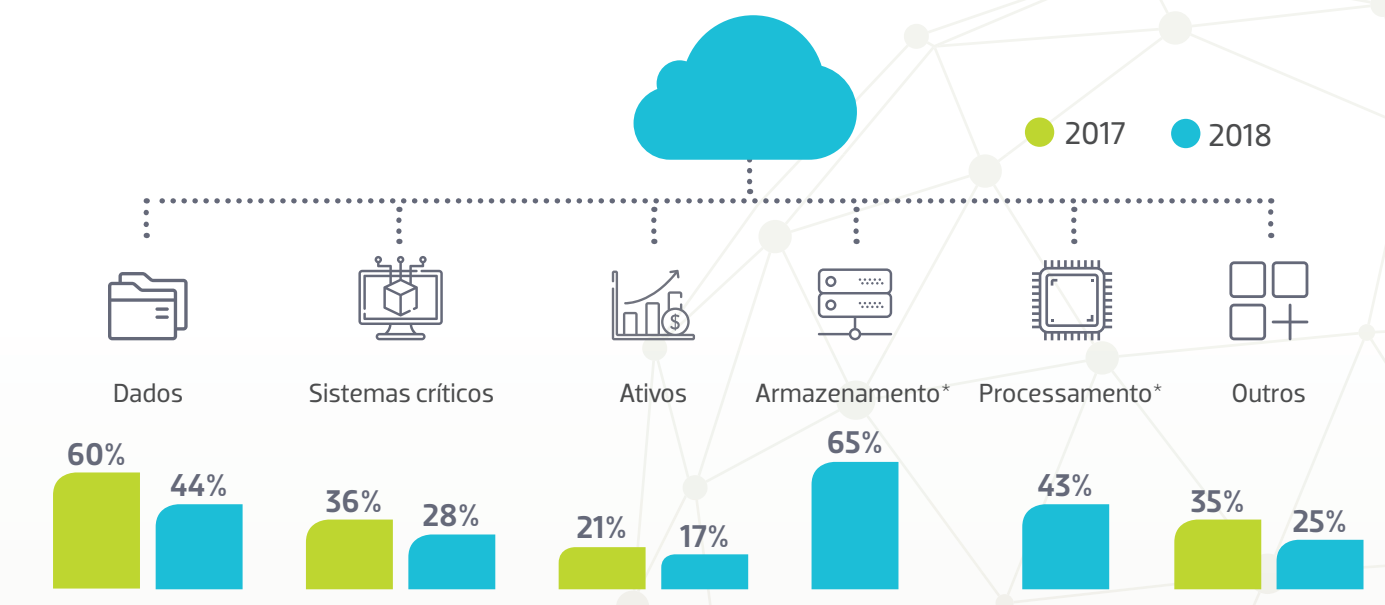
Os testes para avaliar a capacidade de proteção no caso de um ataque externo foram feitos por pouco mais da metade (56%) das instituições, com ligeiro crescimento em relação a 2017 (53%). Entre aquelas que não realizam os testes, caiu a porcentagem das que pretendem fazê-lo: 52% em 2018 frente a 77% no ano anterior.

Já os testes internos são feitos por 58%, sendo que 66% das empresas os realizam todos os anos e 61% recorrem a serviços de terceiros para essa atividade.

COMPUTAÇÃO EM NUVEM

O armazenamento em nuvem foi escolha de 79% das instituições em 2018, aumento de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior. O crescimento, entretanto, não foi percebido nas assets, apesar de uma porcentagem maior delas aderir ao serviço: 85% utilizaram a computação em nuvem ano passado, cinco pontos percentuais a menos que em 2017.

Quais serviços sua instituição contrata por computação em nuvem?



*Opções incluídas na pesquisa de 2018.

SOBRE A PESQUISA

A segunda edição da pesquisa, realizada pelo Grupo Técnico de Cibersegurança entre novembro e dezembro de 2018, atualiza o retrato obtido no ano anterior. As perguntas de 2017 foram mantidas e atualizadas para possibilitar um acompanhamento sistemático sobre o tema. Os números explicitam pontos de atenção que podem basear ações para 2019 e mostram o nível de adesão dos associados ao nosso Guia de Cibersegurança – o documento traz uma série de práticas efetivas para auxiliar as instituições na implementação de um programa de segurança cibernética.



Os resultados completos podem ser conferidos em relatório:
<http://bit.ly/2J41Vz2>

Saiba mais sobre as iniciativas do Grupo Técnico de Cibersegurança:
<http://bit.ly/2ScbHTH>

BLOCKCHAIN, JUROS A UM DÍGITO E TENDÊNCIAS EM INVESTIMENTOS SERÃO TEMAS DO CONGRESSO DE FUNDOS

Evento acontece nos dias 24 e 25 de abril e terá conjuntos de palestras simultâneas

O maior encontro do setor de gestão de recursos está chegando. Dois dias de programação intensa marcarão o 10º Congresso ANBIMA de Fundos de Investimento. Para cobrir os principais temas em destaque no mercado, uma série de palestras acontecerão simultaneamente em diferentes espaços da Bienal de São Paulo, no Parque do Ibirapuera, em abril. É possível comprar ingressos para assistir apenas a essas apresentações em um dos dois dias de evento. Saiba mais sobre os debates:

ALÉM DO INVESTIMENTO

Sustentabilidade: de que forma os gestores de fundos podem adotar critérios sociais, ambientais e de governança (ASG) nos investimentos? A conversa com Jorge Ricca (BB DTVM), Luzia Hirata (Santander), Bernd Schmidt-Liermann (Integral), Marcelo Nantes (Bradesco Asset Management), Renato Eid (Itaú) e Helena Masullo (Wright Capital) será sobre como ampliar a disseminação de informações sobre o tema.

24/4
11h



24/4
11h

24/4
11h



FOTO: DANILLO QUADROS

Carlos Salomonde
Itaú e presidente do Comitê de Serviços Qualificados

DE OLHO NO FUTURO

Blockchain: o uso da tecnologia ficou famoso pelos bitcoins, mas os fundos de investimento também a utilizam nos serviços fiduciários (administração, escrituração, custódia e representação de investidores não residentes). Carlos Salomonde (Itaú e presidente do Comitê de Serviços Qualificados), Keiji Sakai (R3), Frederico Rizzo (Kria) e Stephan Krajcer (Cuore) discutirão as oportunidades em implementar essa tecnologia, analisando casos em andamento.

Novos modelos de distribuição: investir ficou mais simples com a expansão das plataformas digitais. Ao alcance do celular, elas mudaram o perfil dos investidores e lançaram desafios às instituições na hora de se relacionar com os clientes e entender suas demandas. Luiz Caselli (McKinsey) e outros representantes do mercado conversarão sobre como as novas formas de distribuição podem aproximar os clientes e facilitar o acesso aos investimentos.

OLHAR JURÍDICO

Modelo jurídico brasileiro e a experiência internacional: Julya Sotto Wellisch (Vinci Partners) Rubens Vidigal Neto (PVG Advogados) e Nicolas Malumian (Malumian e Associados) explicarão o funcionamento e a construção da estrutura jurídica brasileira, traçando um paralelo com os modelos adotados no exterior.

24/4
9h

Stakeholders frente à estrutura jurídica dos fundos brasileiros: a mesa-redonda falará sobre avanços na regulação que possam garantir a segurança jurídica necessária ao crescimento da indústria de fundos brasileira. Com Gustavo Gonzalez (CVM), Marcelo Trindade (Trindade Advogados), Silmara Baccani (BNY Mellon) e Bruno Henrique Barros de Moura (Itaú).

25/4
11h



FOTO: DIVULGAÇÃO

Marina Procknor
Mattos Filho

PRODUTOS

FIDCs: como os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) podem aproveitar as oportunidades de negócios diante das novas tecnologias e das recentes modernizações na regulação do produto? A conversa contará com Margot Greenman (Captalys), Ricardo Mizukawa (Bradesco Asset e presidente do Comitê de FIDC), Fabio Lacerda (Banco Central), Fernando Fontes (Cerc) e Bruno Gomes (CVM).

25/4
9h

FIPs: Luiz Maia (Brookfield), Carlos Takahashi (Monte Equity), Luiz Chrysostomo (Neo Investimentos e nosso diretor) e Marina Procknor (Mattos Filho) falarão sobre como o mercado e os reguladores estão em busca de aprimoramentos para os FIPs (Fundos de Investimento em Participações).

25/4
11h

Produtos imobiliários: o cenário está fértil para o setor: juros baixos, inflação controlada e previsão de crescimento do PIB. Daniel Maeda (CVM) conduzirá o debate sobre o que pode ser aprimorado na regulação para estimular o crescimento desses produtos. Também participam Carlos Martins (Kinea), Reinaldo Lacerda (Votorantim, nosso diretor e presidente do Comitê de Produtos Imobiliários) e Alexandre Assolini (Vórtx).

25/4
11h

Previdência privada: o debate sobre alternativas para garantir uma reserva financeira no futuro está cada vez mais urgente. Heinz P. Rudolph (Banco Mundial), Paulo Fontoura Valle (Ministério da Economia) e Luiz Sorge (BNP Paribas e nosso vice-presidente) conversam sobre como a previdência privada pode se preparar e criar produtos que atendam à população.

25/4
11h

CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

Juros a 1 dígito: grandes economistas-chefes do mercado discutem as perspectivas macroeconômicas, como PIB, inflação e expectativa de crescimento, frente ao menor patamar histórico da taxa Selic. Com Felipe Tamega (Itaú Asset Management), Fernando Honorato (Bradesco e presidente do nosso Comitê de Acompanhamento Macroeconômico) e Patrícia Herculano (ANBIMA).

24/4
14h

Por que investir (ou não) no Brasil: Fernando Borges (Carlyle), Jefferson Oliveira (PwC) e Marcus Vinicius Gonçalves (Franklin Templeton) falam sobre quais são os atrativos do mercado nacional para os investidores estrangeiros.

25/4
14h



FOTO: MARIO BOCK

Fernando Honorato
Bradesco e presidente do nosso Comitê de Acompanhamento Macroeconômico



Garanta seu ingresso para assistir a essas e outras discussões urgentes:

Data: 24 e 25 de abril de 2019

Horário: 8h às 17h

Local: Bienal de São Paulo

Endereço: Avenida Pedro Álvares Cabral, s/n, portão 3, Parque do Ibirapuera – São Paulo, SP

Inscrições: <https://congresso.anbima.com.br>

BOAS PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE CAPITAIS MARCAM ENCONTRO COM A IMPRENSA

Porta-vozes da Associação comentaram importância da reforma da previdência e da estabilidade econômica



FOTO: SUZATHOPOLIS

Esperamos que a reforma [da previdência] seja aprovada o mais rápido possível. Todos sabem da necessidade do equilíbrio fiscal e dos seus benefícios à sociedade

CARLOS AMBRÓSIO, presidente

A baixa taxa de juros, alinhada a um cenário mais claro em busca do equilíbrio fiscal, deve incentivar o mercado de capitais em 2019. "Para auxiliar neste processo, estamos fazendo a lição de casa: buscando melhorias nas ofertas, com simplificação, agilidade e redução dos custos para os emissores", disse Carlos Ambrósio, nosso presidente, em almoço de relacionamento com a imprensa no dia 21 de fevereiro. Durante o encontro, os jornalistas questionaram nossos porta-vozes (membros da Diretoria, presidentes de comitês e lideranças da equipe interna) sobre as atividades da Associação.

MERCADO DE CAPITAIS

O mercado cresceu bastante nos últimos anos em volume de emissões, alongamento de prazos, tipos de operações – o que deriva de muitos aspectos, como a estabilidade econômica, explicou José Eduardo Laloni, vice-presidente. "É lógico que esperamos muito mais. No ano passado, o mercado de capitais emitiu cerca de R\$ 140 bilhões em debêntures, o que ainda é pouco no volume total de crédito do Brasil. Nos países desenvolvidos ou emergentes, esse valor é muito maior", destacou.

O ritmo de emissões deve ser retomado. "O pipeline dos bancos para renda variável atualmente é robusto e comparável a outros bons anos. Começamos a ver as empresas se movimentando, mas elas devem esperar a reforma da previdência até para aproveitar o resultado positivo que se espera da aprovação", explica Sergio Goldstein, presidente do Comitê de Finanças Corporativas.

O BNDES continuará atuando como parceiro do mercado em 2019. "A interlocução visa a maior participação do capital privado

nas operações e menor presença do banco de fomento, que seguirá complementando as emissões", explicou Laloni.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

"Esperamos que a reforma seja aprovada o mais rápido possível. Todos sabem da necessidade do equilíbrio fiscal e dos seus benefícios à sociedade. Ainda não discutimos o texto apresentado ao Congresso, mas, sem dúvidas, avaliamos que a reforma é positiva como um todo", disse Ambrósio.

Fernando Honorato, presidente do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico, avalia que a reforma propicia a manutenção da baixa taxa de juros. "O efeito disso no mercado de capitais é extraordinário: influencia a ótica do investidor, na alocação das carteiras, e também a das empresas, que podem se financiar de forma mais barata", disse.

INCENTIVO ÀS OFERTAS PÚBLICAS

A Associação tem trabalhado com a CVM para reduzir os custos que as instituições têm ao cumprir a regulação e a autorregulação. Em fevereiro, foi divulgada uma deliberação para as regras de ofertas públicas que atendeu a pleitos antigos do mercado: a extinção do período de blackout e a possibilidade de análise reservada das ofertas pela CVM em renda variável. "Além disso, temos um grupo com a autarquia e o mercado discutindo a revisão das Instruções 400 e 476", comentou José Carlos Doherty, superintendente-geral.



Publicação mensal com as principais notícias institucionais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

www.anbima.com.br

Redação: Flávia Nosralla e Paula Diniz

Edição: Marneide Marques

Projeto gráfico: Atelier Carta Comunicação e Projetos Especiais

Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 501, bloco II, conj. 704 – CEP: 22250-042 – Tel: + 21 3814 3800
São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501 – 21º andar – CEP 05425-070 – Tel: + 11 3471 4200

Presidente: Carlos Ambrósio

Vice-Presidentes: Carlos André, Carlos Constantini, José Eduardo Laloni, Luiz Sorge, Miguel Ferreira, Pedro Lorenzini, Ricardo Almeida e Sérgio Cutolo

Diretores: Adriano Koelle, Alenir Romanello, Fernando Rabello, Jan Karsten, Julio Capua, Luiz Chrysostomo, Luiz Fernando Figueiredo, Lywal Salles Filho, Pedro Juliano, Pedro Rudge, Reinaldo Lacerda, Saša Markus e Teodoro Lima

Conselho de Ética: Valdecyr Gomes (presidente) e Luiz Maia (vice-presidente)

Comitê Executivo: José Carlos Doherty, Ana Claudia Leoni, Francisco Vidinha, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Eliana Marino, Lina Yajima, Marcelo Billi, Soraya Alves e Thiago Baptista